

Governo estuda criar abono a caminhoneiros e aumentar o vale-gás

Proposta é que transportadores autônomos recebam 'voucher' mensal de R\$ 400 para amenizar aumentos dos combustíveis

BEATRIZ MIRELLE
Especial para o Diário
beatrizmirelle@dgabc.com.br

O governo federal e Congresso Nacional planejam criar um auxílio de R\$ 400 aos caminhoneiros autônomos e aumentar o vale-gás (tanto no número de beneficiados quanto no valor).

O anúncio foi divulgado ontem após reunião entre o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Diretor do Setrans (Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do ABC), Fábio Brigídio

aponta que o valor proposto ainda é baixo se comparado aos gastos na hora do abastecimento.

Caso haja continuidade nas propostas de aumento do vale e formulação de um voucher, as medidas devem ser anexadas a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos combus-

tíveis. O custo dessas medidas em estudo é de R\$ 6 bilhões (R\$ 2 bilhões para o vale-gás e R\$ 4 bilhões para o bolsa-caminhoneiro). A medida valerá até 31 de dezembro.

Após o encontro, Pacheco afirmou que não concorda em alterar a Lei das Estatais (*leia mais abaixo*) como uma tentativa de frear os reajustes dos preços dos combustíveis. Ele indica que a situação é circunstancial por conta da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O valor para os gastos estaria limitado e definido em uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O custo dessas medidas em estudo é de R\$ 6 bilhões (R\$ 2 bilhões para o vale-gás e R\$ 4 bilhões para o bolsa-caminhoneiro). A medida valerá até 31 de dezembro.

Brigidio ressalta que a ideia não é nova. Segundo ele, em outros momentos isso chegou a ser pautado, muitos caminhoneiros enxergaram a proposta como muito baixa. "Levando em consideração o preço do litro de óleo diesel, ainda não resolve", afirmou.

O valor do combustível utilizado por caminhões e ônibus chegou a R\$ 8,63 no Brasil na última semana, enquanto o da gasolina atingiu R\$ 8,99, de acordo com levantamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O diretor ressalta que uma carreta precisa aproximadamente R\$ 4.000 para ter o tanque completo.

Para Danilo José da Silva, 28 anos, do Bairro Alves Dias, em São Bernardo, o auxílio neste valor é quase inviável. "Este total (R\$ 400), dividido por 30 dias, dá R\$ 13,33". Ele, que é caminhoneiro há cinco anos, afirma que, ao encher o tanque de 600 litros, paga R\$ 4.074. Isso é o suficiente para rodar por cinco dias e até 1.200 quilômetros.

VALE-GÁS

O benefício é, atualmente, no valor de R\$ 53 a cada dois meses. Isso corresponde a menos da metade do preço médio do botijão de 13 kg do gás de cozinha em São Paulo, que, entre 12 e 18 de junho, ficou em R\$ 111,34, registra a ANP. O vale, pago a cada dois meses, contempla 5,5 milhões de famílias. (com Estadão Conteúdo)



REDUÇÃO DE CUSTOS. Abono de R\$ 400 será pago mensalmente para os caminhoneiros

Governo deve mudar Lei das Estatais

Em meio à disparada do preço dos combustíveis em ano eleitoral, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) faz um cerco à Petrobras – o que pode render uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) – e prepara uma MP (Medida Provisória) para mudar as regras da Lei das Estatais.

Quando sancionou a Lei das Estatais em junho de 2016, o então presidente Michel Temer classificou o texto como um instrumento de caráter "altamente moralizador" das empresas públicas.

Uma das principais mudanças trazidas pela lei diz respeito a regras para nomeações de

presidentes, diretores e conselheiros. Naquele momento, com a Petrobras mergulhada na crise da Operação Lava Jato, emergiu o sentimento de que era preciso afastar nomeações políticas das estatais e, dessa forma, trazer mais transparência e pessoas tecnicamente qualificadas.

O objetivo foi profissionalizar a administração das empresas públicas e sociedades de economia mistas, como a Petrobras, afastando sua gestão dos interesses partidários e potestados políticos.

São exigidas quatro condições para os administradores das estatais: reputação ilibada,

notório conhecimento, formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado e experiência profissional mínima. São exigidos, por exemplo, quatro anos de atuação como profissional liberal na área da estatal para alcançar a experiência profissional mínima exigida. "É isso o que está incomodando a atual gestão", avalia Antonio Carlos de Freitas Júnior, especialista em direito público e constitucional. O advogado pondera sobre o risco de haver um retrocesso nas regras, abrindo novamente a porta das estatais para todo tipo de nomeação sem nenhum critério. (do Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Página:** 5